

## Panorama de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil

Jaqueline Rodrigues da Silva Sfredo Scariot<sup>1</sup>, Ana Claudia Tasinaffo Alves<sup>2</sup>, Marcelo Franco Leão<sup>3</sup>, Thiago Beirigo Lopes<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Escola Estadual 29 de Julho. Coordenação de Ensino. Rua Iporá, 06, Centro Confresa - MT. Brasil. <sup>2, 3, 4</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT.

*Autor para correspondência/Author for correspondence: jaquelinesfredo@hotmail.com*

**RESUMO.** O presente texto apresenta resultados de um estudo que teve como objetivo mapear os cursos de Licenciatura em Educação do Campo existentes nos diferentes estados brasileiros, bem como comparar essa oferta com a população rural existente para obter a demanda por regiões e assim refletir sobre a importância de oportunizar formação de professores específica para o campo. A pesquisa se caracteriza como um levantamento quantitativo, cujos dados foram obtidos a partir de análise documental. Esse levantamento de dados foi realizado por meio da consulta ao portal e-Mec, ocorrido no mês de maio de 2018, que considerou os cursos registrados e em funcionamento no ano base de 2017. Foram identificados 61 cursos de Licenciatura em Educação do Campo no país, sendo 59 deles na modalidade presencial e 2 na modalidade da Educação à Distância (EaD). A região nordeste é a que oferta o maior número de cursos, totalizando 8 cursos. Em contrapartida, a região centro-oeste ficou com a menor oferta, contabilizando apenas 4 cursos. A população rural no país ultrapassa 30 milhões, sendo que existem unidades federativas com mais de 1 milhão de habitantes na zona rural e não há instituições de ensino que ofereça cursos de Licenciatura em Educação do Campo. Embora tenha ocorrido um crescimento na oferta desses cursos do país comparado a estudos anteriores, ainda se faz necessário políticas públicas voltadas para oportunizar a oferta dessa formação específica de maneira a equilibrar e atender as demandas por regiões e estados brasileiros.

**Palavras-chave:** Educação do Campo, Licenciatura, Mapeamento, Oferta Proporcional.

## Outlook of Licentiate Degree Courses for Rural Education in Brazil

**ABSTRACT.** This text presents the results from a study that aimed to map the existing Licentiate Degree Courses for Rural Education in the different Brazilian states, as well as comparing such offer to the existing rural population and obtain the demand per region and thus reflect upon the importance of providing opportunities for specific teacher formation for the rural. The research is characterized as a quantitative survey, whose data were obtained through document analysis. This data survey was carried out by means of consulting the e-Mec portal during the month of May 2018 and considered the registered and functioning courses in the base year of 2017. It identified 61 Licentiate Degree Courses for Rural Education in the country, 29 of which in the classroom attendance modality and 2 in the Distance Education (DE) modality. The Northeastern region offered the highest number of courses with a total of 8. In contrast, the Midwestern region has the lowest offering, accounting for only 4 courses. The country has a rural population of over 30 million, there are states with over 1 million inhabitants in the rural zone but no teaching institutions offering Licentiate Degree Courses for Rural Education. Although there has been an increase in the offering of such courses in the country when compared to previous studies, there is still a need for public policies aimed at providing opportunities of offering such specific training in such a way as to balance out and meet the demands by Brazilian regions and states.

**Keywords:** Rural Education, Licentiate, Mapping, Proportional Offering.

## Panorama de Cursos de Grado en Educación del Campo en Brasil

**RESUMEN.** El presente texto presenta resultados de un estudio que tuvo como objetivo mapear los cursos de Licenciatura en Educación del Campo existentes en los diferentes estados brasileños, así como comparar esa oferta con la población rural existente para obtener la demanda por regiones y así reflexionar sobre la importancia de oportunist formación de profesores específicos para el campo. La investigación se caracteriza como un levantamiento cuantitativo, cuyos datos se obtuvieron a partir de análisis documental. Este análisis de datos fue realizado por medio de la consulta al portal e-Mec, ocurrido en el mes de mayo de 2018, que consideró los cursos registrados y en funcionamiento en el año base de 2017. Se identificaron 61 cursos de Licenciatura en Educación del Campo en el país, siendo 59 de ellos en la modalidad presencial y 2 en la modalidad de la Educación a Distancia (EaD). La región nordeste es la que ofrece el mayor número de cursos, totalizando 8 cursos. En cambio, la región centro-oeste se quedó con la menor oferta, contabilizando apenas 4 cursos. La población rural en el país supera los 30 millones, siendo que existen unidades federativas con más de 1 millón de habitantes en la zona rural y no hay instituciones de enseñanza que ofrezca cursos de Licenciatura en Educación del Campo. Aunque se ha producido un crecimiento en la oferta de estos cursos del país comparado a estudios anteriores, todavía se hace necesario políticas públicas dirigidas a dar oportunidad la oferta de esa formación específica de manera a equilibrar y atender las demandas por regiones y estados brasileños.

**Palabras clave:** Educación del Campo, Grado, Cartografía, Oferta Proporcional.

## Introdução

Apesar de existir uma forte tendência de urbanização da população brasileira, dados organizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), indicam que cerca de 30,8 milhões de cidadãos brasileiros viviam no campo em 2004. Esses dados são corroborados com o Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, que apontou um total de 29.830.007 pessoas que viviam no campo (Brasil, 2010).

Nesse sentido, é preciso considerar de que maneira a educação está sendo ofertada para essa expressiva parcela da população brasileira, ou seja, refletir se o ensino ministrado nas escolas do campo atende as especificidades e a realidade local. No entanto, acredita-se que para obter uma educação efetiva e que contribua para a vida no campo, é necessário que os professores estejam devidamente preparados, o que pressupõe receber formação inicial específica para o campo. Infelizmente esse pressuposto não condiz com a realidade do país de acordo com os dados históricos da educação do campo.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), em 2005 a proporção de professores leigos, ou seja, sem formação alguma, era de 3,4%, e 6.913 funções

docentes eram exercidas por professores com até o Ensino Fundamental e apenas 21,6% dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental cursaram nível superior. Para anos finais do Ensino Fundamental, “o percentual de docentes com apenas o Ensino Médio corresponde a 46,7% e, com formação superior, 53,1%. Já no Ensino Médio, 11,3% do professorado está atuando no mesmo nível de sua formação” (Brasil, 2007, p. 22). Dados mais recentes apontam que ocorreu uma melhora significativa na formação dos professores, contudo, ainda há lacunas formativas, pois 4,3% dos professores que atuam no Ensino Fundamental brasileiro possuem apenas formação em nível médio ou inferior, outros 6,3% estão cursando Ensino Superior, 11,0 % possuem apenas a formação em nível médio com magistério, e 1,2 % são bacharéis (Brasil, 2018).

Frente a essa problemática, o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciatura em Educação do Campo, iniciativa da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) e da Secretaria de Educação Superior (SESU), tem como objetivo “promover a formação de educadores para atuar nas diferentes etapas e modalidades da educação básica dirigidas às populações que trabalham e vivem no

campo” por meio de estímulos à criação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas universidades brasileiras (Brasil, 2007, p. 46).

Contudo, mesmo havendo políticas públicas para proporcionar formação específica para o campo, constata-se que essa oferta não é suficiente. No estudo realizado por Molina (2015) foi evidenciado que essa política de oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo alcançou a implantação de 42 cursos pelo país, porém não atendeu toda a demanda da população rural. Essa lacuna na formação inicial de grande parte dos professores que atuam nas escolas do campo, faz com que muitos deles busquem formação continuada ou em nível de especialização para tentar suprir suas necessidades formativas.

Diante dessa realidade, o presente estudo surgiu da preocupação em compreender como se apresenta a oferta dos cursos de formação de professores para atuarem na educação do campo. Assim, a questão problematizadora desse estudo foi: Qual o panorama atual de cursos de Licenciaturas em Educação do Campo existentes no Brasil?

Para responder nosso questionamento, o estudo teve como objetivo levantar os cursos de Licenciatura em Educação do Campo existentes em

diferentes estados brasileiros, bem como comparar essa oferta e demanda populacional por regiões e assim refletir sobre a importância de oportunizar formação de professores específica para o campo. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa de metodologia quantitativa que envolveu um coeficiente de defasagem a partir de fonte dos dados obtidos por meio de análise documental.

Como forma de organização, o presente texto está estruturado de forma a apresentar um referencial teórico sobre os Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa, o panorama da oferta desses cursos por estado e região, bem como dados da população rural e reflexões sobre a necessidade de formação inicial específica para o campo, além das considerações alcançadas com o estudo.

### **Licenciaturas em Educação do Campo**

Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo buscam socializar a escola ao meio externo, estudante/comunidade, com a finalidade de diminuir as dificuldades dos licenciandos com o ambiente escolar, considerando o espaço heterogêneo de diversas habilidades, em tais cursos são necessários que ocorram processos de formação de professores “capazes de atuar de uma

forma diferente nas Escolas do Campo, trazendo, para dentro delas, para dentro de seus processos de ensino-aprendizagem, a vida dos sujeitos camponeses que pretende educar” (Ferreira & Molina, 2014, p. 142).

Para Molina (2014) a Licenciatura em Educação do Campo é resultado das lutas e demandas dos movimentos sociais ao Estado. Ainda segundo a autora,

... é uma nova modalidade de graduação nas universidades públicas brasileiras, cujos principais destinatários são os próprios sujeitos camponeses, quer já sejam eles professores que atuam no meio rural, quer sejam jovens camponeses que almejam se tornar educadores. Portanto, esta Licenciatura tem como objetivo formar e habilitar profissionais do próprio campo, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e médio, tendo como objeto de estudo e de práticas as escolas de Educação Básica do campo. Esses cursos devem promover uma estratégia metodológica de formação de educadores, que tenha como pilar central a formação para docência multidisciplinar por áreas de conhecimento. Essas graduações objetivam preparar educadores para, além da docência, atuar na gestão de processos educativos escolares e na gestão de processos educativos comunitários (Molina, 2014, p. 11).

Desta forma, o futuro licenciado em Educação do Campo estará apto para lecionar no campo em determinada área do conhecimento, podendo ser ela Ciências da Natureza e Matemática, Linguagens, Ciências Humanas e Sociais ou ainda Ciências Agrárias. Além da docência, o

professor da Escola do Campo terá condições de atuar na gestão escolar.

Nos anos de 2008 e 2009, o MEC lançou editais, que de acordo com Molina (2015, p. 151) tinha a finalidade de

... que novas instituições passassem a ofertar a Licenciatura em Educação do Campo, sendo que a partir da concorrência a estes Editais, 32 universidades passaram a ofertar o curso, porém sem nenhuma garantia de sua continuidade e permanência, já que esta oferta através de Editais faz-se através da aprovação nas instituições de ensino superior de projetos especiais, tramitados e autorizados somente para oferta de uma turma.

Assim após esse período foram surgindo novos cursos, no entanto nem todos os estados brasileiros abraçaram a causa. Alguns estados, de acordo com os estudos de Molina (2015), passaram a ofertar essas licenciaturas, sendo que na época de seu estudo o Rio Grande do Sul tinha a maior oferta com 6 cursos, enquanto ~~que~~ Minas Gerais, Piauí e Pará ofertavam 4 cursos cada estado. Os demais estados brasileiros ofertavam 1 ou 2 cursos, e há os estados que não ofertavam cursos, sendo eles: Acre; Alagoas; Bahia; Ceará; Pernambuco; São Paulo e Sergipe.

Para as autoras Ghedini, Onçay e Debortoli (Gehdini, Onçay, & Debortoli, 2014, p. 84), as propostas viabilizadas de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, possuem um “currículo em

sistema de alternância e, muitas delas, compartilhadas e acompanhadas pedagogicamente pelos Movimentos Sociais”. De tal modo, o currículo atende às necessidades das comunidades do campo.

De acordo com o Programa Nacional de Educação do Campo (PROCAMPO), para que haja crescimento do conhecimento do campo, nas políticas educacionais faz-se necessário um apoio prioritário à formação inicial de professores em exercício na Educação do Campo, garantindo meios ao acesso a cursos voltados a Licenciatura e atuação docente, assim, permitirá ao professor obter o conhecimento na área atuante de forma significativa e diferenciada (Brasil, 2013).

De acordo com o parecer n.º 36 de 04 de dezembro de 2001 do Conselho Nacional de Educação (CNE) tem-se que:

A educação destinada ao campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, os espaços pesqueiros, caixaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (Brasil, 2001, p. 1).

Em outras palavras, a Educação do Campo surge como o novo espaço de formação dos sujeitos que vivem no meio rural, e que, portanto, precisam de uma formação voltada para o seu cotidiano, para compreensão dos fenômenos a sua volta, e que possibilitam novas concepções de educação no campo.

A temática Educação do Campo na formação de professores está sendo discretamente discutida no cenário político brasileiro, devido haver grande defasagem ao ensino no campo por falta de incentivos aos profissionais da educação, como o espaço escolar e condições e garantias de trabalho, para que o professor possa suprir suas necessidades no meio rural de forma clara e objetiva, assim conforme Molina (2014, p. 12) traz que:

O movimento da Educação do Campo compreende que a Escola do Campo deva ser uma aliada dos sujeitos sociais em luta para poderem continuar existindo enquanto camponeses e para continuar garantindo a reprodução material de suas vidas a partir do trabalho na terra. Para tanto, é imprescindível que a formação dos educadores que estão sendo preparados para atuar nestas escolas considere, antes de tudo, que a existência e a permanência (tanto destas escolas, quanto destes sujeitos) passam, necessariamente, pelos caminhos que se trilharão a partir dos desdobramentos da luta de classes, do resultado das forças em disputa na construção dos distintos projetos de campo na sociedade brasileira.

Em outras palavras, a Escola do Campo deve atender às necessidades dos estudantes do campo, com um currículo voltado para que eles possam permanecer no campo, tendo condições de fazer a diferença na comunidade, melhorando as condições de trabalho e de permanência no campo. Com base nesse movimento, de uma escola específica para o campo, deve-se levar em consideração que,

Para se conceber uma educação a partir do campo e para o campo, é necessário mobilizar e colocar em cheque ideias e conceitos há muito estabelecidos pelo senso comum. Mais do que isso, é preciso desconstruir paradigmas, preconceitos e injustiças, a fim de reverter as desigualdades educacionais, historicamente construídas, entre campo e cidade (Brasil, 2007).

Nos dias atuais, é considerável a defasagem da oferta dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, por isso há necessidade de promover ações para que os estudantes destas licenciaturas permaneçam e concluam o curso, uma vez que a oferta não atende a demanda. Nesse sentido, Molina (2014, p. 7), reforça que:

A organização curricular das Licenciaturas em Educação do Campo prevê sua realização em etapas presenciais (equivalentes a semestres de cursos regulares), ofertadas em regime de alternância entre Tempo Escola e Tempo Comunidade, tendo em vista a articulação intrínseca entre educação e a realidade específica das

populações do campo. Essa metodologia de oferta intenciona também evitar que o ingresso de jovens e adultos na educação superior reforce a alternativa de deixar de viver no campo, bem como objetiva facilitar o acesso e a permanência no curso dos professores em exercício nas escolas do campo.

Em outras palavras, a autora defende que o currículo das licenciaturas em Educação do Campo seja em regime de alternância, como forma de facilitar o acesso e a permanência dos estudantes, aproveitando assim as poucas vagas ofertadas.

A matriz curricular numa perspectiva de formação docente multidisciplinar, para os cursos de Licenciaturas em Educação do Campo propõe organização dos componentes curriculares em quatro áreas do conhecimento, sendo elas “... Linguagens (expressão oral e escrita em Língua Portuguesa, Artes, Literatura); Ciências da Natureza e Matemática; Ciências Humanas e Sociais; e Ciências Agrárias” (Molina, 2014, p. 14). Ainda de acordo com a autora supracitada, o intuito é a promoção da organização de espaços curriculares totalmente novos capazes de articular componentes que por tradição são disciplinares de uma forma ampliada e dialógica dos conhecimentos científicos.

Em seus estudos, Molina (2015, p. 152) ainda relata a forma como está

organizado o currículo das Licenciaturas em Educação do Campo,

A matriz curricular proposta desenvolve uma estratégia multidisciplinar de trabalho docente, organizando os componentes curriculares a partir de quatro áreas do conhecimento: Artes, Literatura e Linguagens; Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Agrárias.

Uma vez que a Licenciatura em Educação do Campo forma para a Educação Básica nas escolas do campo, seu currículo objetiva ampliar a oferta da Educação Básica no campo, por isso está estruturado por área do conhecimento, possibilitando assim, que o licenciado possa atuar no ensino fundamental e no ensino médio, e o estudante do campo tenha a oportunidade de concluir toda a educação básica sem sair do campo.

A mesma autora, em outro texto, reforça que de acordo com INEP, foram extintas em um período de 10 anos mais de 32 mil escolas rurais. Havia 102 mil em 2002, restando apenas 70 mil em 2013, e ainda relacionou este fato ao fator da diminuição de trabalho no campo, e por isso cita que o movimento da Educação do Campo trabalha com perspectiva de formar educadores para o campo com pensamento crítico, considerando seus saberes adquiridos ao longo da vida (Molina, 2014).

De acordo com Santos (2019), ao ocorrer fechamento de escolas no meio rural, além de representar um retrocesso para a Educação do Campo, também representa uma afronta para os direitos das comunidades camponesas, pois é garantido a todos os brasileiros ter acesso à educação, próximo ao local onde vivem. O autor reforça ainda que a escola do campo é uma garantia de que os aspectos socioculturais dos estudantes sejam respeitados, espaço este que cria as condições para que as pessoas optem sobre onde desejam viver, ou seja, é preciso desconstruir o pensamento predominante de que todos estudam para sair do campo.

Em seus estudos, Caldart (2009) reforça a necessidade de voltar aos objetivos de origem da Educação do Campo, o que requer um olhar de totalidade, que contemple diferentes perspectivas e metodologias, para que os estudantes possam interpretar as situações da atualidade de maneira combinada com os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais e assim compreender o contexto e as tendências futuras onde poderá atuar criticamente.

Para Molina e Antunes-Rocha (2014) há sempre diversas discussões sobre a formação de professores de forma geral, e quando se trata da formação de professores que atuem em escolas do campo, essas

discussões se tornam mais intrincadas uma vez que os espaços e temporalidades do campo exigem observar os aspectos e realidade do local além de muitas leituras interdisciplinares.

Para Molina (2014), faz-se necessário compreender os modelos de desenvolvimento do campo em questão como integrante da totalidade maior da disputa de projetos societários distintos entre a classe trabalhadora e a capitalista. Esse desafio tem o objetivo de formar professor para a escola do campo capaz de acrescentar na educação decorrente de movimentos sociais.

### **Procedimentos Metodológicos**

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo quantitativo com base em dados documentais. A respeito da pesquisa quantitativa Fonseca (2002, p. 20) esclarece que:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos como auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à

linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.

Embora o levantamento dos dados seja quantitativo, as interpretações e análises deles tem caráter qualitativo, assim como diz Gatti (2004, p.13) “os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos fenômenos educacionais”.

Quanto ao tipo de métodos de coleta de dados utilizados, a pesquisa valeu-se de análise documental, pois apresenta dados comprobatórios, baseado em sites de pesquisa como IBGE, e portal do e-Mec<sup>i</sup>. Conforme Matos e Lerche (2001), a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, podendo ou não receber tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, entre outras.

O presente estudo foi realizado no primeiro semestre de 2018, mais especificamente no mês de maio, com consulta no portal do e-Mec, com o objetivo de mapear os cursos de Licenciatura em Educação do Campo em funcionamento no Brasil tendo como ano base 2017 e o quantitativo populacional por estado e região no site do IBGE,

analisando, a relação entre o quantitativo de cursos ofertados na área de educação no campo e a demanda para atender a população rural.

No portal há opções de busca textual com os seguintes filtros: Mantenedora; Instituição de Ensino Superior (IES); Cursos de Graduação; Cursos de Especialização; e Endereço da IES. O filtro utilizado no campo da plataforma foi ‘Cursos de Graduação’, como palavra-chave de busca optou-se pelo nome do curso tendo as palavras ‘Educação do Campo’, pois o interesse foi em obter o número de cursos para a Educação do Campo independente das habilitações. A plataforma disponibiliza várias informações dos cursos, como por exemplo instituição, município, tipo de curso, se presencial ou a distância, entre outras.

Com base nos dados da população rural, obtidos pelo Censo Demográfico e pelo quantitativo de cursos encontrados, foi elaborado um Coeficiente de Defasagem. O propósito foi estabelecer um parâmetro nacional com a relação entre a população rural e a oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo. Esse coeficiente varia no intervalo fechado de 0 a 1 em que o 0 significa que não há oferta de cursos e o 1 é o coeficiente do estado que possui maior razão entre população

rural e quantidade de cursos oferecidos, a exemplo do estado do Amapá. O fator de defasagem foi calculado pela fórmula matemática

$$CD = \frac{COE \times PRAP}{COAP \times PRE}$$

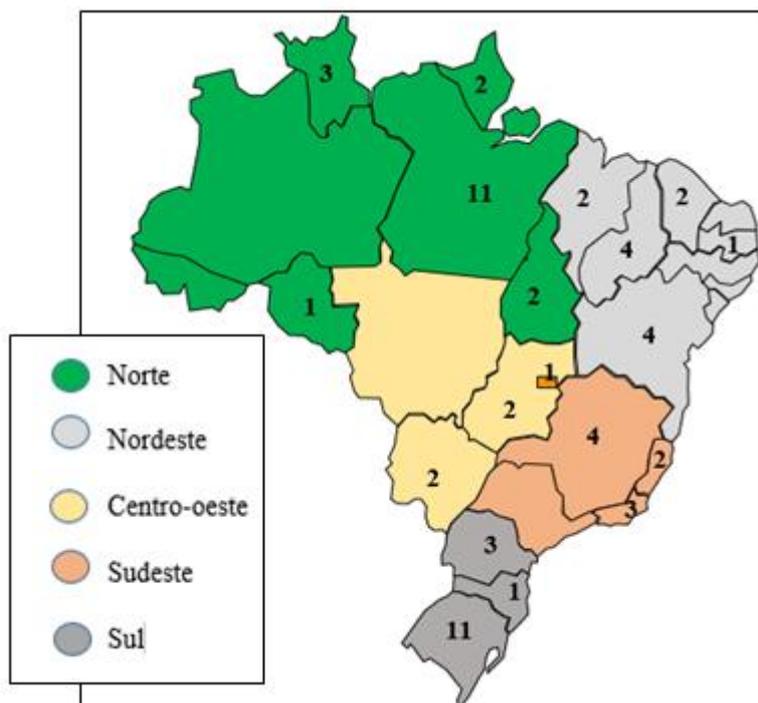
Em que: CD - Coeficiente de Defasagem; COE - Cursos Oferecidos no Estado; PRE - População Rural do Estado; COAP - Cursos Oferecidos no Estado do Amapá; e PRAP - População Rural do Estado do Amapá.

Os dados foram analisados por frequência, e pela distribuição dos cursos pelas regiões e unidades federativas brasileiras. Esse tipo de tratamento estatístico é bastante utilizado em pesquisas desenvolvidas sobre a educação, como exemplo: estudos sobre analfabetismo, percurso escolar, evasão e fracasso escolar (Gatti, 2004). A discussão dos resultados ocorreu sob a luz do referencial teórico utilizado.

## Resultados e discussões

Os dados coletados via portal do e-Mec foram tabulados e seguem apresentados na Figura 1. Nessa representação, é possível verificar como é a oferta de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo por estado brasileiro e por região do país.

Figura 1 - Panorama da oferta de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil.



Fonte: Dados da pesquisa coletados no site e-Mec, organizado pelos autores (2018).

Conforme é possível verificar, foram encontrados 61 cursos de Licenciatura em Educação do Campo em todo o território brasileiro na atualidade. Desse total, são 19 cursos na região Norte, 13 na região Nordeste, 05 na região Centro-oeste, 09 na região Sudeste e 15 na região Sul. Outra observação importante a ser feita é a falta desses cursos em alguns estados brasileiros, em especial no estado de Mato Grosso. Sobre a modalidade com que esses cursos são ofertados, dos 61 cursos, 59 deles é na forma presencial e apenas 02 cursos são ofertados na modalidade Educação à Distância (EaD).

Nos estudos de Molina (2015), o quantitativo desses cursos ofertados no Brasil naquele período era de 42 cursos de

Licenciatura em Educação do Campo. Atualmente esse número saltou para 61 cursos, ou seja, ocorreu um aumento significativo de 20 cursos (48,8%) em um curto período de tempo. Os resultados indicam que as políticas de expansão, a exemplo do PROCAMPO, estão atingindo seus objetivos, uma vez que está sendo maior a oferta desses cursos para capacitação específica, significativa e diferenciada (Brasil, 2013).

Esse avanço na expansão da oferta de cursos para formação inicial específica para o campo é muito importante para que as especificidades locais sejam atendidas e respeitadas. Contudo, existe um contraste acentuado referente a distribuição dessa oferta não é equilibrada, ou seja, enquanto

tem estados como o do Pará e do Rio Grande do Sul que ofertam 11 cursos cada, outros 8 estados (Acre, Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe) não possuem cursos.

Infelizmente os estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Pernambuco, São Paulo, Sergipe e Rio Grande do Norte não ofertam cursos de Licenciatura em Educação do Campo. Esses dados indicam que ocorreram avanços em alguns estados em relação a oferta desses cursos e retrocessos em

outros, pois nos estudos de Molina (2015) eram os seguintes estados brasileiros sem a oferta desses cursos: Acre; Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco, São Paulo e Sergipe.

Além disso, as demandas não são atendidas ao considerar a quantidade de brasileiros que vivem no campo. Isso poderá ser verificado nas Tabelas 1, 2, 3, 4 e 5, que demonstram a população rural brasileira em cada estado.

Tabela 1 - Quantitativo de população urbana, população rural e extensão territorial da Região Norte.

Estados da Região Norte	População Urbana	População Rural	Área territorial em km <sup>2</sup>
<b>Rondônia</b>	1.149.180	413.229	237.590,547
<b>Acre</b>	532.279	201.280	164.126,04
<b>Amazonas</b>	2.755.490	728.495	1.559.159,15
<b>Roraima</b>	344.859	105.620	224.300,51
<b>Pará</b>	5.191.559	2.389.492	1.247.954,67
<b>Amapá</b>	601.036	68.490	142.828,52
<b>Tocantins</b>	1.090.106	293.339	277.720,52
<b>Total</b>	<b>11.664.509</b>	<b>4.199.945</b>	<b>241.206.636,41</b>

Fonte: Brasil/IBGE (2010); Brasil/IBGE (2014).

Tabela 2 - Quantitativo de população urbana, população rural e extensão territorial da Região Nordeste.

Estados da Região Nordeste	População Urbana	População Rural	Área territorial em km <sup>2</sup>
<b>Maranhão</b>	4.147.149	2.427.640	331.937,45
<b>Piauí</b>	2.050.959	1.067.401	251.577,74
<b>Ceará</b>	6.346.557	2.105.824	148.920,47
<b>Rio Grande do Norte</b>	2.464.991	703.036	52.811,05
<b>Paraíba</b>	2.838.678	927.850	56.585,00
<b>Pernambuco</b>	7.052.210	1.744.238	98.311,62
<b>Alagoas</b>	2.297.860	822.634	27.778,51

<b>Bahia</b>	10.102.476	3.914.430	564.733,18
<b>Sergipe</b>	1.520.366	547.651	21.915,12
<b>Total</b>	<b>38.821.246</b>	<b>14.260.704</b>	<b>1.554.570,12</b>

Fonte: Brasil/IBGE (2010); Brasil/IBGE (2014).

Tabela 3 - Quantitativo de população urbana, população rural e extensão territorial da Região Sudeste.

<b>Estados da Região Sudeste</b>	<b>População Urbana</b>	<b>População Rural</b>	<b>Área territorial em km<sup>2</sup></b>
<b>Minas Gerais</b>	16.715.216	2.882.114	586.522,12
<b>Espírito Santo</b>	2.931.472	583.480	46.095,58
<b>Rio de Janeiro</b>	15.464.239	525.690	43.780,17
<b>São Paulo</b>	39.585.251	1.676.948	248.222,36
<b>Total</b>	<b>74.696.178</b>	<b>5.668.232</b>	<b>924.620,24</b>

Fonte: Brasil/IBGE (2010); Brasil/IBGE (2014).

Tabela 4 - Quantitativo de população urbana, população rural e extensão territorial da Região Sul.

<b>Estados da Região Sul</b>	<b>População Urbana</b>	<b>População Rural</b>	<b>Área territorial em km<sup>2</sup></b>
<b>Paraná</b>	8.912.692	1.531.834	199.307,92
<b>Santa Catarina</b>	5.247.913	1.000.523	95.736,17
<b>Rio Grande do Sul</b>	9.100.291	1.593.638	281.730,22
<b>Total</b>	<b>23.260.896</b>	<b>4.125.995</b>	<b>576.774,31</b>

Fonte: Brasil/IBGE (2010); Brasil/IBGE (2014).

Tabela 5 - Quantitativo de população urbana, população rural e extensão territorial da Região Centro-Oeste.

<b>Estados da Região Centro-Oeste</b>	<b>População Urbana</b>	<b>População Rural</b>	<b>Área territorial em km<sup>2</sup></b>
<b>Mato Grosso do Sul</b>	2.097.238	351.786	357.145,53
<b>Mato Grosso</b>	2.482.801	552.321	903.366,19
<b>Goiás</b>	5.420.714	583.074	340.11,783
<b>Distrito Federal</b>	2.482.210	87.950	5.780,00
<b>Total</b>	<b>12.482.963</b>	<b>1.575.131</b>	<b>1.266.291,72</b>

Fonte: Brasil/IBGE (2010); Brasil/IBGE (2014).

Conforme é possível verificar, a região Norte possui o censo demográfico de 4.199.945 de habitantes, na região Nordeste possui 14.260.692 de habitantes residentes, já na região Centro-oeste possui 1.575.131 de habitantes, na região Sudeste apresenta 5.668.232 habitantes, e na região

Sul apresenta 4.125.995 habitantes residentes.

A região Norte é a que possui o maior número de cursos de licenciatura em Educação do Campo, e possui pouco mais de 4 milhões de habitantes residindo na zona rural. A região com a maior

população habitando a zona rural é o Nordeste, que possui apenas 13 cursos para um pouco mais de 14 milhões de habitantes. Sendo que os estados de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe ainda não possuem cursos dessa natureza.

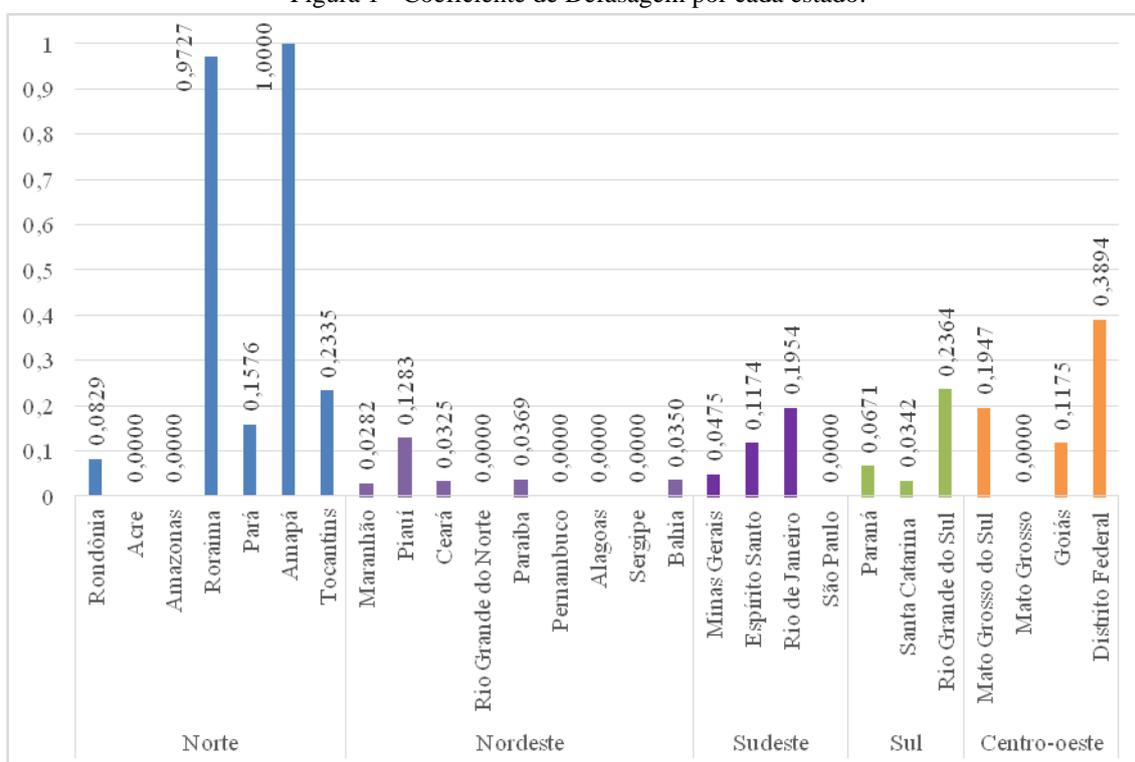
Na região Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso é o único que não tem oferta de licenciatura em Educação do Campo, entretanto é a segunda maior população que vive na zona rural da região. O mesmo vale para o estado de São Paulo que na região Sudeste tem mais de 1 milhão de

habitantes vivendo na zona rural, sendo o segundo mais populoso da referida região, no entanto também não possui oferta de cursos de licenciatura em Educação do Campo.

No intuito de fazer um cruzamento entre a oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo e a população rural em nosso país, foi calculado o Coeficiente de Defasagem, adotando como parâmetro a comparação dos dados dos outros estados em relação ao estado do Amapá. Esse Coeficiente de Defasagem pode ser observado na

Figura 1.

Figura 1 - Coeficiente de Defasagem por cada estado.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil/IBGE (2010); Brasil/IBGE (2014).

Em análise à

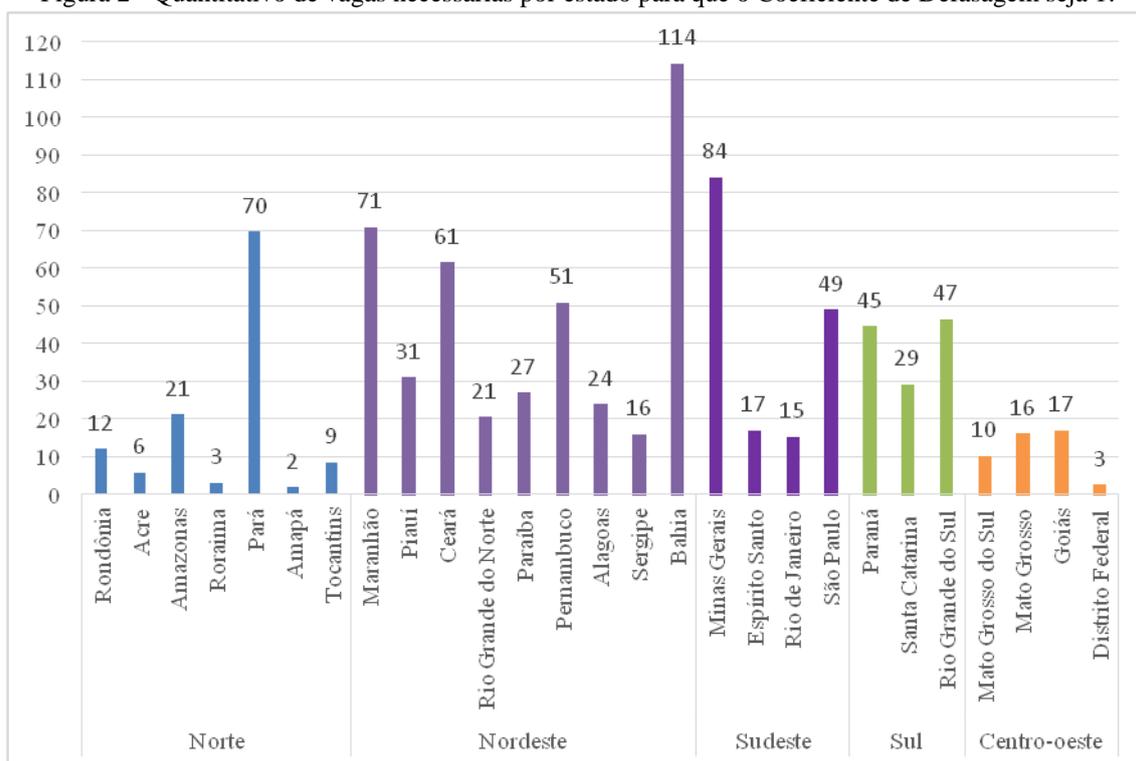
Figura 1, o destaque negativo são os 8 estados brasileiros que não ofertam o curso de Licenciatura em Educação do Campo em qualquer de suas habilitações. Ainda, em que teve a proporção amapaense como índice de referência, há defasagem em relação ao índice em quase todos os demais estados, com exceção do estado de Roraima que teve índice próximo à 1.

Figura 2 representa uma estimativa do quantitativo de cursos necessárias para que cada estado chegue à mesma razão

Após Roraima, vem o Distrito Federal com um índice abaixo de 0,4. Assim, pode ser constatado que comparados ao Amapá, com exceção de Roraima, todos os demais estados ficam com um índice muito inferior a 1, em que 8 estados têm índice nulo por não ofertarem esse tipo de curso.

Com base no estabelecimento do Coeficiente de Defasagem, a entre população rural e quantidade de cursos de Licenciatura em Educação do Campo do estado do Amapá, ou seja, atingissem o coeficiente 1.

Figura 2 - Quantitativo de vagas necessárias por estado para que o Coeficiente de Defasagem seja 1.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Brasil/IBGE (2010); Brasil/IBGE (2014).

Na quantidade de cursos necessários para equiparar à razão amapaense, é destaque o estado da Bahia por possuir a

maior quantidade de população rural, que é de 3.914.430 habitantes. Essa quantidade é mais que o dobro maior que a população

rural de todo Centro-oeste e pouco menor que as populações rurais das Regiões Norte e Sul. Também é interessante o dado sobre o estado do Pará, pois, ao lado do Rio Grande do Sul, é o estado que mais tem cursos de Licenciatura em Educação do Campo. No entanto, devido sua quantidade extensa de população rural, o estado do Pará necessita de mais 59 outros cursos para totalizar 70 cursos e assim atender a sua demanda.

Para o Ministério da Educação, os dados oficiais disponibilizados pelas instituições federais de pesquisa – IBGE, INEP, IPEA, entre outras – demonstram uma diferença acentuada entre os indicadores educacionais relativos às populações que vivem no campo e as que vivem nas cidades, com clara desvantagem para as primeiras (Brasil, 2007). Isto indica que, no decorrer da história, as políticas públicas para essas populações não foram suficientes para garantir uma equidade educacional entre campo e cidade.

De acordo com o documento da SECAD (Brasil, 2007, p. 25), existiam três ações para o ensino superior, em conformidade com o Plano Nacional dos Profissionais da Educação do Campo, a saber:

Curso de Especialização em Desenvolvimento Territorial Sustentável, com a Universidade Federal de Campina Grande; Cursos

de Licenciatura em Educação do Campo, envolvendo universidades públicas federais, para realização de experiências-piloto; Curso à distância, realizado em parceria com a Universidade de Brasília, destinado a professores, técnicos e gestores dos sistemas públicos de ensino e sociedade civil organizada, voltado para a temática da diversidade na educação.

Por isso que Molina (2014) defende a oferta e o fortalecimento dessa nova modalidade de graduação, uma vez que os cursos de Licenciatura em Educação do Campo possibilitam formar e habilitar profissionais do próprio campo, ou seja, os beneficiados com essa formação específica são os próprios sujeitos camponeses, quer eles já atuantes no meio rural, quer jovens camponeses que vislumbrem se tornarem professores. Assim, como reforça o pensamento de Santos (2019) quando pontua que ter a escola no campo é uma forma de garantir que aspectos socioculturais sejam respeitados, e que nem todos que estudam desejam sair do campo.

Houve desde o lançamento das primeiras Licenciaturas em Educação do Campo, um aumento na oferta de curso, embora ainda não atendam todos os estados brasileiros. A oferta de formação específica para professores que atuam na Educação do Campo atende a necessidade apontada por Caldart (2009), de que é preciso voltar aos objetivos de origem da

Educação do Campo, ou seja, ter um olhar de totalidade, preocupado com as especificidades desta modalidade e a formação inicial é o momento de construção desta identidade. Com posicionamento similar, Molina e Antunes-Rocha (2014) salientam a importância de se ter a compreensão de todos os aspectos da Educação do Campo. Assim, ainda se fazem necessários avanços, incentivos e políticas públicas para que ocorra o atendimento de todas as regiões, para possibilitar assim que as populações residentes no campo tenham mais acesso à formação de professores do campo e para o campo.

### **Considerações finais**

Pelo levantamento realizado e neste texto apresentado, é notável que existe um déficit de cursos para formar professores com as especificidades exigidas para atuação nas escolas do campo, uma vez que nem todos estados brasileiros possuem instituições de ensino que ofertam tais cursos. A oferta desses cursos de Licenciatura em Educação do Campo é desproporcional no país, pois além de ser insuficiente na maioria dos estados, não está presente em todas as unidades federativas. Dessa maneira, muitos ficam desassistidos desse tipo de formação que é imprescindível para o atendimento dessa

considerável parcela da população que mora no campo.

No estado de Mato Grosso, por exemplo, é expressivo o número de habitantes residentes na zona rural, mesmo assim não se percebe preocupação das políticas educacionais para a permanência dessas pessoas no campo. Mesmo sendo o meio de sobrevivência dos camponeses, muitas vezes as condições do campo não são favoráveis para que se tenha uma qualidade de vida aceitável, o que inclui a educação, pois foram extintas 32 mil escolas rurais em um período de 10 anos como discutido anteriormente. Isso faz com que muitos jovens abandonem o campo para estudar nos centros urbanos e dificilmente retornam, o que é um outro problema.

Embora ainda persistam concepções de que ‘quem está no campo não precisa estudar’, o cenário atual apresenta indícios de mudanças desse ideário, pois percebe-se a busca por uma educação diferenciada da que acontece na cidade. Os resultados obtidos nesse estudo permitem verificar que essa mudança também ocorre no que tange a formação inicial de professores. Nos últimos três anos foi considerável o aumento de 48,8% dos cursos voltados para formação de professores com competências e habilidades que atendam as especificidades da educação do campo.

Frente a este cenário, é preciso avançar ainda mais, pois essa oferta, descrita pelos números aqui apresentados, ainda é insuficiente para atender a demanda no país. Logo, acredita-se que é preciso ampliar essa expansão e para isso faz-se necessário o entendimento das instituições de ensino, dos órgãos competentes e da sociedade para que mais políticas públicas favoreçam o surgimento de vagas em estados que ainda não possuem tais cursos, mesmo havendo demanda, o que é verificado pela população residente na zona rural.

## Referências

Brasil. (2001). *Parecer nº 36 de 04/12/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*. Brasília: CNE/MEC. Acesso em 6 de junho de 2018. Recuperado de: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6803-pceb036-01&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6803-pceb036-01&Itemid=30192)

Brasil. (2007). *Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas*. Brasília: MEC. Acesso em 09 de maio de 2018. Recuperado de: <http://red-ler.org/educacaocampo.pdf>

Brasil. (01 de junho de 2010). *Censo 2010*. Fonte: IBGE: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>

Brasil. (2013). *Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo)*. Brasília: MEC. Acesso em 07 de março de 2018. Recuperado de:

[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_educ\\_campo.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf)

Brasil. (04 de abril de 2014). *Área territorial por estados*. Fonte IBGE: <http://archive.is/Gekj7>

Brasil. (18 de março de 2019). *Censo Escolar 2018. Notas Estatísticas*. Fonte: INEP: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2018/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_2018.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf)

Caldart, R. S. (2009). Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(1), 35-64. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>

Ferreira, M. J., & Molina, M. C. (2014). Desafios à Formação de Educadores do Campo: tecendo algumas relações entre pensamentos de Pistrak e Paulo Freire. In Molina, M. C. (Org.). *Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar* (pp. 126-153). Brasília: MDA.

Fonseca, J. J. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UECE.

Gatti, B. (2004). Estudos quantitativos em educação. *Educação e Pesquisa*, 30(1), 11-30. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000100002>

Ghedini, C. M., Onçay, S. T., & Debortoli, S. F. (2014). Educação do Campo e prática pedagógica desde um viés freireano: possibilidade de construção da consciência e da realidade. In Molina, M. C. (Org.). *Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar* (pp. 83-109). Brasília: MDA.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

Matos, K. S., & Lerche, S. V. (2001). *Pesquisa educacional: o prazer de conhecer*. Fortaleza: Demócrito Rocha.

Molina, M. C. (2014). *Licenciaturas em Educação do Campo e o Ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do Trabalho Docente Interdisciplinar*. Brasília: MDA.

Molina, M. C. (2015). Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. *Educar em Revista*, (55), 145-166. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.39849>

Molina, M., & Antunes-Rocha, I. (2014). Educação do Campo: História, Práticas e Desafios no âmbito das Políticas de Formação de Educadores – Reflexões sobre o Pronera e o Procampo. *Reflexão e Ação*, 22(2), 220-253. Fonte: <https://doi.org/10.17058/rea.v22i2.52>

Santos, J. (2019). Educação do Campo, multisseriação e formação de professores. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, (4). <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.v4e3834>

<sup>i</sup> Site do Ministério da Educação para Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior. Recuperado de: <http://emec.mec.gov.br/>

#### Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 30/08/2018  
Aprovado em: 06/03/2019  
Publicado em: 13/08/2020

Received on August 30th, 2018  
Accepted on March 06th, 2019  
Published on August, 13th, 2020

**Contribuições no artigo:** Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de interesse:** Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Orcid

Jaqueline Rodrigues da Silva Sfredo Scariot  
 <http://orcid.org/0000-0001-7275-8935>

Ana Claudia Tasinaffo Alves  
 <http://orcid.org/0000-0003-0670-1978>

Marcelo Franco Leão  
 <http://orcid.org/0000-0002-9184-916X>

Thiago Beirigo Lopes  
 <http://orcid.org/0000-0002-9409-6140>

---

**Como citar este artigo / How to cite this article**

APA

Scariot, J. R. S. S., Alves, A. C. T., Leão, M. F., & Lopes, T. B. (2020). Panorama de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e5820. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e5820>

ABNT

SCARIOT, J. R. S. S.; ALVES, A. C. T.; LEÃO, M. F.; & LOPES, T. B. Panorama de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 5, e5820, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e5820>